



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

28/02/96, à pg. 5  
do 3º caderno

**RESOLUÇÃO Nº 4.717**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 13 de fevereiro de 1996,

**Considerando** o disposto no artigo 71, § 5º, da Constituição Estadual;

**Considerando** a competência desta Corte de Contas, consoante dispõem os artigos 23 e 24 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará);

**Considerando** que referida Lei determina, em seu artigo 30, inciso I, que as Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público devem encaminhar a este Tribunal até trinta (30) dias após encerrado o trimestre, balancetes trimestrais, e até 31 de março do ano subsequente ao exercício encerrado, o Balanço Geral;

**Considerando** que a não prestação de contas nos prazos legais implica em declarar os administradores municipais em débito com o dever de prestar contas da correta aplicação do dinheiro público;

**Considerando** que a Prefeitura Municipal de Marapanim até a presente data não prestou contas referente ao exercício financeiro de 1992;

**Considerando** que a omissão na prestação de contas obriga esta Corte a tomá-la, na forma do artigo 40 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994;

**Considerando** proposição apresentada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente na sessão desta data, aprovada por votação unânime, conforme consta da Ata da sessão;

**R E S O L V E:**

I - Determinar a instauração de Tomada de Contas Especial na Prefeitura Municipal de Marapanim, referente ao exercício de 1992;

II - Autorizar a Presidência do Tribunal a constituir comissão de Tomada de Contas, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-la;

-cont-




**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 4.717**

fls.02

III - Fica a comissão a ser designada autorizada a manter contato direto com as repartições públicas federais, estaduais e municipais, bancos e outras entidades que possam fornecer elementos para a realização dos trabalhos,

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 13 de fevereiro de 1996.

  
**Conselheiro Paulo Dourado**  
Presidente

/lc